



Câmara dos Deputados  
Gabinete Deputado Federal Odelmo Leão – PP/MG

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                    /2016**  
(Do Sr. Odelmo Leão)

Requer o envio de **Requerimento de Informação** ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a situação Previdenciária e do seu Parcelamento do Instituto da Previdência Municipal de Uberlândia/MG (IPREMU)

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e no art. 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado por esta Câmara dos Deputados, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Senhor **Miguel Rossetto**, este Requerimento de Informação, para **esclarecimento sobre:**

O Município de Uberlândia (CNPJ nº. 18.431.312/0001-15) possui débitos referentes às contribuições previdenciárias legalmente instituídas, devidas e não repassadas à unidade gestora do RPPS (**INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – IPREMU – CNPJ 22.224.976/0001-60**).

No entanto, em consulta no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, disponível no sítio eletrônico do Tesouro Nacional,



**Câmara dos Deputados**  
**Gabinete Deputado Federal Odelmo Leão – PP/MG**

verifica-se que o Município de Uberlândia possui Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, atestando o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 16/08/2016.

Em consulta realizada na Câmara Municipal de Uberlândia/MG constatou-se a ausência de Lei autorizativa para celebração de parcelamento dos referidos débitos.

Neste esteio, no exercício regular do poder de fiscalização dos membros do poder legislativo, REQUER as seguintes informações:

1 - Cópia de eventuais TERMOS DE ACORDO DE PARCELAMENTO, firmado entre o Município de Uberlândia e o seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – IPREMU, na forma dos artigos 5 ou 5-A da Portaria MPS nº. 402, de 10 de dezembro de 2008 com suas alterações posteriores.

2 – Cópia da(s) Lei (s) Municipal (ais) autorizativas, necessárias para que fosse firmado eventuais Termos de Acordo de Parcelamento, na forma dos artigos 5 ou 5-A da Portaria MPS nº. 402, de 10 de dezembro de 2008 com suas alterações posteriores;

3 – Informações detalhadas das medidas necessárias que foram adotadas para regularização das pendências previdenciárias e necessárias para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, atestando o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 16/08/2016. ;



**Câmara dos Deputados**  
**Gabinete Deputado Federal Odelmo Leão – PP/MG**

Renovo préstimos de elevada consideração, apreço e estima. Antecipo os agradecimentos, contando com a atenção de V. Exa. para que a efetivação dos princípios da publicidade e legalidade

Sendo assim solicito que este Órgão tome as providencias necessárias para solucionar esse problema no menor espaço tempo.

Sala das Sessões, em        de fevereiro de 2016.

**Odelmo Leão**  
Deputado Federal  
PP- MG